

CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
ATA DA 229ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

1 Aos 15(quinze) dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, às 09h e
2 00min, por meio da ferramenta “*google meet*”, com transmissão via *streaming*,
3 reuniu-se o Egrégio Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia,
4 sob a presidência de Dr. Rafson Saraiva Ximenes, Defensor Público Geral, Dra.
5 Firmiane Venâncio do Carmo Souza, Conselheira Subdefensora Pública Geral, Dra.
6 Liliana Sena Cavalcante, Conselheira Corregedora-Geral, Dra. Diana Furtado
7 Caldas Gonçalves, Conselheira Titular, Dra. Tereza Cristina Almeida Ferreira,
8 Conselheira Titular, Dr. Lucas Silva Melo, Conselheiro Titular, Dr. Gil Braga de
9 Castro Silva, Conselheiro Titular, Dr. Bruno Moura de Castro, Conselheiro Titular,
10 Dr. José Jaime de Andrade Neto, Conselheiro Titular. Presentes, ainda, Dr. Igor
11 Raphael de Novaes Santos, Presidente da ADEP/BA, e Dra. Zenilda Natividade,
12 Ouvidora Geral da DPE/BA, em exercício. **Item 01** – Apresentação do Plano de
13 Gestão para o biênio 2021.2023. O Presidente do CS esclareceu que o presente
14 Plano foi encaminhado tempestivamente aos membros do Colegiado. Ressaltou que
15 se trata do mesmo material apresentado durante a sua campanha, o qual fará uma
16 breve apresentação dos seus termos. Consignou que está aberto para eventuais
17 sugestões, embora se trate de um ato, tecnicamente, de apresentação de gestão e
18 não sujeito a deliberação do CS propriamente. Salientou que o referido Plano está
19 dividido em 05 (cinco) eixos, os quais não podem caminhar isoladamente, quais
20 sejam: a) Carreira, b) Diálogo com a Sociedade, c) Formação, d) Fortalecimento
21 Institucional, e e) Organização Interna. Ato contínuo, o Presidente do CS realizou a
22 exposição dos 05 (cinco) eixos retro esposados, na forma do arquivo audiovisual
23 disponível no canal institucional da DPE/BA no *Youtube*, com acesso público por
24 meio do link “<https://www.youtube.com/watch?v=t4iizprl3wg&t=2s>”. Em seguida, o
25 Presidente do CS concedeu à palavra aos membros do Colegiado para realizarem
26 considerações acerca do documento. O Presidente da ADEP/BA, Dr. Igor Novaes,
27 consignou que todos os eixos elencados no Plano de Gestão são muito importantes,
28 com destaque ao fortalecimento institucional e da carreira. Ressaltou a importância
29 da busca pela simetria remuneratória, e que a ADEP/BA está à disposição para lutar
30 em favor disso. Aduziu que a associação entende o atual contexto político e
31 legislativo, e está à disposição para manter uma articulação responsável. Consignou
32 que muito tem se falado do projeto de lei de cargos e salários para servidores e,
33 talvez, seja necessária uma apresentação de um novo projeto condigno com a nova
34 realidade da Instituição. Salientou que a associação é entusiasta da criação de
35 novas sedes no interior. Destacou que é importante, simbolicamente, que o plano
36 seja trazido para conhecimento do Colegiado, inclusive, que a ADEP/BA seja
37 comunicada, na medida do possível, com antecedência acerca da suplementação
38 orçamentária e não necessite aguardar até o final do ano. O Presidente do CS
39 ressaltou que, embora seja disponibilizado no site as informações acerca da
40 execução orçamentária, as informações com mais detalhes podem ser fornecidas
41 bastando haver solicitação. A Sra. Ouvidora Geral, exercício, Dra. Zenilda
42 Natividade, consignou que necessita de apoio de todas as Coordenações do interior
43 no sentido de contribuir na realização das eleições para formação do Grupo
44 Operativo. Consignou que a intenção é realizar o processo eleitoral de forma
45 diferente da realizada anteriormente, inclusive, utilizando o sistema eletrônico de

**CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
ATA DA 229ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

46 votação. Aduziu que já está bem encaminhado o Edital e é muito importante a
47 participação de todos. Reforçou a necessidade de aumento do quadro de
48 servidores, uma vez que a Ouvidoria Geral possui um quadro bastante limitado
49 frente às demandas enfrentadas. O Cons. Bruno Moura ressaltou no documento
50 apresentado a criação do Núcleo de Integração o que, de fato, seria uma grande
51 novidade. O ato normativo já foi publicado no Diário Oficial. Todavia, sugere que, em
52 situações dessa importância, que a questão seja trazida para o Conselho na
53 condição de órgão consultivo, embora a matéria seja de atribuição do DPG.
54 Esclareceu que a intenção seria discutir como se dará a gestão do referido Núcleo,
55 como forma de contribuir de alguma maneira. Destacou o eixo concernente a busca
56 pela simetria remuneratória, dado que contribuirá com o equilíbrio do sistema como
57 um todo e a valorização do trabalho. Em relação ao eixo com a sociedade, louva a
58 iniciativa das centrais de mediação, a fim de privilegiar e fazer sentido a resolução
59 extrajudicial dos conflitos. Ressaltou, ainda, a necessidade de fortalecimento do
60 CRC, para que se seja possível um cuidado maior no contato inicial do assistido
61 com a Instituição. Ressaltou a utilização da ferramenta do *whatsapp* profissional, o
62 que revolucionou o contato direto com o assistido, e espera que essa realidade
63 permaneça. Destacou a realização dos “sensos” na Defensoria referente a questões
64 importantes, a exemplo do machismo e racismo estruturais. Sugeriu que em relação
65 ao NUGAM que se coloque nas gerências outras especializadas, a exemplo da
66 Fazenda Pública. Consignou que considera interessante transformar o GT de
67 Igualdade Racial em Núcleo, todavia, que não se perca a ideia de se relacionar com
68 as demais atuações na Defensoria. Consignou que considera interessante GT do
69 direito à cidade, e sugere que a Coordenação de Direitos Humanos também esteja
70 presente nisso. Espera que a Instituição, em algum momento, possa ampliar as
71 questões relacionadas à Reforma Agrária. A necessidade se impõe tendo vista o
72 fato de que, partindo dos fundamentos esposados no livro “Torto Arado”, de autoria
73 de Itamar Vieira Júnior, as questões relacionadas ao direito à terra não chegarão à
74 Instituição, mas, sim, esta deverá ir até elas. Reforçou que é importante que a
75 Instituição intensifique a forma de participação com o assistido e da necessidade de
76 não se perder a ideia da sua centralidade, inclusive, sob a perspectiva da educação
77 em direitos, no sentido de que o assistido possa falar de algum modo por ele
78 mesmo. Consignou que parabeniza a iniciativa em relação as propostas de
79 formação, a exemplo do programa de Mestrado. Sugeriu a possibilidade de algo
80 relacionado a produção de conteúdo pelos Defensores, servidores, estagiários e
81 assistidos. Em relação ao último eixo, considera muito importante o fortalecimento
82 da estrutura da Corregedoria Geral e da própria Ouvidoria Geral. Destacou a
83 Assessoria de Pesquisa, a qual serve como um importante instrumento interno e
84 externo, e que merece se enraizar na estrutura de forma perene. Ressaltou, ainda,
85 ações afirmativas no sentido de criar programas de egressos do sistema penal, e
86 sugere que seja estendido aos adolescentes egressos de cumprimento de medida
87 socioeducativas. Aduziu que considera muito importante o Plano de Cargos e
88 Salários de servidores, o que representa a própria valorização do trabalho e deve
89 ser pensado como algo prioritário. Destacou, ainda, o acesso ao serviço de
90 assistência social nos núcleos e a sua ampliação. De mais a mais, realizadas breves

CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
ATA DA 229ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

91 considerações, na forma do arquivo audiovisual, com acesso por meio do link
92 “<https://www.youtube.com/watch?v=t4iizprl3wg&t=2s>”, a Cons. Titular, Dra. Diana
93 Caldas, parabenizou a transparência da gestão no sentido de apresentar o presente
94 documento. Consignou que a fala do Cons. Bruno Moura a contempla em todos os
95 termos. Reforçou a necessidade de padronizar os atendimentos, e de fortalecer o
96 CRC. Consignou que parabeniza a busca pela aprovação do Plano de Cargos e
97 salários para o quadro de servidores da Instituição. Aduziu que também acompanha
98 as considerações do Cons. Bruno Moura referente a possibilidade de incentivar a
99 produção de conteúdo pelos Defensores, servidores, estagiários e assistidos. A
100 Cons. Firmiane Venâncio consignou que as falas esposadas pelos Cons. Bruno
101 Moura e Diana Caldas só ratificam as aspirações da Classe, e fica feliz pelo fato da
102 Administração iniciar seus trabalhos com pé direito. Reforçou que o Plano de Gestão
103 apresentado externaliza as vontades da Classe, e todas as suas dúvidas foram
104 dirimidas nas reuniões realizadas com a gestão. O Cons. Gil Braga consignou que
105 parabeniza o Plano de Gestão apresentado, e destacou o eixo relativo a simetria
106 remuneratória. Ressaltou a sinalização de temas como machismo, racismo e
107 homofobia estrutural, e sua a discussão dentro da própria Instituição. Destacou,
108 ainda, a ideia da Unidade Móvel Virtual, o uso de Inteligência Virtual e a
109 disponibilização de cursos em EAD, o que sinaliza a necessidade de investimento
110 em tecnologia e ampliação dos canais de atendimento remoto. Aduziu que
111 parabeniza a ideia da criação das centrais de mediação e, mais uma vez, reputa
112 importante apresentar o documento ao Conselho Superior. Sugere que de algum
113 modo a Classe possa acompanhar o cumprimento de tais medidas. O Cons. José
114 Jaime ressaltou que acompanha todas as considerações anteriormente esposadas.
115 Aduziu que parabeniza a gestão pela postura em apresentar o documento perante
116 os membros do Colegiado. A Cons. Corregedora Geral, Dra. Liliana Sena
117 Cavalcante consignou que também parabeniza a iniciativa em apresentar o presente
118 Plano de Gestão ao Colegiado e perante todos os colegas, uma vez que a sessão é
119 transmitida para toda a Classe. Aduziu que firma compromisso de apoio no
120 cumprimento das medidas. Salientou as contribuições da Corregedora Geral
121 Adjunta, Dra. Isabel Neves, e do Defensor Público, Cláudio Piansky. Salientou que
122 já existe proposta de reforma legislativa relativa à Corregedoria Geral, todavia, é
123 preciso tomar um grande cuidado na remissão de artigos, tendo em visto o grande
124 volume de sugestões de alterações. Destacou a necessidade de reforço na atual
125 estrutura da Corregedoria Geral para fazer frente às propostas relacionadas no
126 Plano de Gestão. Ato contínuo, a Exma. Sra. Corregedora Geral teceu
127 esclarecimentos em relação aos temas relacionados à Corregedoria, nos termos do
128 arquivo audiovisual: “<https://www.youtube.com/watch?v=t4iizprl3wg&t=2s>”. O Cons.
129 Lucas Melo consignou que parabeniza a apresentação do Plano de Gestão,
130 inclusive, sob o aspecto didático do documento e da identificação do gerente
131 responsável. Em relação ao eixo carreira, concorda plenamente com o esposado no
132 documento. A valorização da carreira é extremamente importante, uma vez que
133 reverbera na prestação do serviço e na preservação dos quadros na Instituição.
134 Destacou a previsão de movimentação na carreira e é importante sinalizar esse
135 compromisso. Registrou a necessidade de avaliar as substituições cumulativas de

**CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
ATA DA 229ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

136 modo a ser estendida para todas as Regionais e evitar concentração. Salientou o
137 Núcleo de Integração, uma vez que há um anseio pela padronização de
138 atendimento em todo o Estado, sem deixar de considerar as diferenças de cada
139 região. Todavia, é preciso pensar a Defensoria de forma estratégica. Consignou que
140 parabeniza a iniciativa relacionada aos Núcleos de Mediação, o que representa não
141 somente o cumprimento da Lei, mas, um modelo de atuação que evite retrabalho e
142 contribua para a eficiência. Salientou que a ideia da UMA é interessante, todavia, é
143 preciso uma reformulação ou talvez uma regulamentação em relação a atuação,
144 especialmente no que se refere ao acompanhamento após a judicialização da
145 demanda. Consignou que parabeniza as iniciativas constantes no eixo “formação”, a
146 exemplo da possibilidade de evitar o deslocamento presencial em reuniões e cursos,
147 representando, inclusive, economia no pagamento de diárias e demais.
148 Parabenizou, ainda, o fato do Plano de Gestão enfrentar questões relevantes, a
149 exemplo, da homofobia estrutural. Aduziu que se trata de um tema muito pouco
150 abordado, inclusive, por outras Instituições. Destacou que o crescimento da
151 Instituição é um sonho de todos, todavia, não pode estar dissociada da estrutura,
152 exemplo da necessidade do fortalecimento da CMO e Corregedoria Geral. Salientou
153 o investimento continuado referente a Assessoria Estratégica. Consignou que é um
154 sonho de todos a existência de um Plano de Cargos de servidores, e talvez deve ser
155 uma das metas prioritárias a sua aprovação. Aduziu que a atuação estratégica é o
156 futuro da sobrevivência da Defensoria. É preciso recuperar a participação da Classe
157 de modo a contribuir com o debate. Destacou, ainda, o fortalecimento do NAP, uma
158 vez que é um reforço incrível para o trabalho do Defensor. O Presidente do CS
159 consignou que agradece todas as sugestões apresentadas, e fica muito feliz com
160 esse fato, o que representa o reconhecimento pelo trabalho esposado no Plano de
161 Gestão. **Item 02 - Deliberação de Concurso Público para ingresso na carreira de**
162 **Defensor Público de Classe Inicial e eleição dos integrantes da comissão para o VIII**
163 **Concurso Público para Defensor Público de Classe Inicial.** O Presidente do CS
164 esclareceu que foi encaminhado para todos os membros uma nota técnica referente
165 a necessidade da abertura do VIII Concurso Público para ingresso na carreira de
166 Defensor Público de Classe Inicial. Reforçou a existência de norma constitucional no
167 sentido de terminar que a Defensoria Pública esteja presente em todas as
168 Comarcas. Ressaltou que a abertura de novo concurso é urgente, uma vez que,
169 além da saída de alguns membros, muitos estão prestes a se aposentar, sendo
170 necessária, portanto, recomposição. Reforçou, ainda, que algumas pessoas têm
171 concepção ultrapassada e desconexa com a realidade, pois, acreditam que a
172 abertura de Concurso seria um entrave para pautas corporativas. Todavia, até para
173 a possibilidade de movimentação na carreira, é preciso o ingresso de novos
174 membros. A história mostra exatamente o contrário da concepção anacrônica, uma
175 vez que, na medida que ingressam novos membros, a Instituição se fortalece cada
176 vez mais. O Presidente da ADEP/BA consignou que o tema lhe é muito caro e
177 parabeniza pela iniciativa de abertura de um novo concurso. Salientou que uma
178 Instituição forte passa exatamente pela sua presença em todo o Estado. Destacou
179 que deseja sorte aos colegas que irão compor a comissão do Concurso. A Sra.
180 Ouvidora Geral, Dra. Zenilda Natividade, destacou a grande importância da

CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
ATA DA 229ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

181 presença da Defensoria Pública em todo o Estado. Aduziu que tem reportado
182 inúmeros pedidos de atuação em determinadas localidades, fruto exatamente das
183 condições de vulnerabilidade e carência dos assistidos, dado que a Ouvidoria Geral
184 está à disposição para apoiar naquilo que for necessário. O Cons. Bruno Moura
185 consignou que, diante do quanto esposado pela nota técnica, a abertura do novo
186 concurso sinaliza muito mais uma necessidade de não estagnação do que
187 propriamente de expansão, tendo em vista uma demanda de aposentadoria e de
188 colegas que já saíram da Instituição. Consignou que considera bastante importante
189 a iniciativa. É preciso superar o falso dilema relacionado a questões remuneratórias
190 e o ingresso de novos membros. Questionou como a Administração pensa o
191 Concurso na perspectiva das questões relacionadas à orçamento e suplementação,
192 e se já existe algum diálogo junto ao Poder Executivo. O Presidente do CS
193 esclareceu que instrumento legislativo como base é o PPA, o qual prevê a
194 contratação de novos membros. Salientou que o desenvolvimento do processo será
195 revelado ao longo do tempo. No concurso realizado em 2016, foram nomeados
196 todos os aprovados. Em relação ao ocorrido na última suplementação, não é
197 possível se basear uma exceção como regra. Destacou que nunca foi dito a nenhum
198 gestor que a realização de concurso seria uma contraposição a eventuais
199 conquistas remuneratórias. A Cons. Diana Caldas consignou que somente vislumbra
200 a abertura de Concurso sob o aspecto da valorização da carreira, da melhoria da
201 qualidade do serviço e de sua ampliação. Aduziu que, diante dos dados
202 apresentados, considera que a realização do concurso é urgente e se manifesta
203 favoravelmente. A Cons. Subdefensora Pública Geral, Dra. Firmiane Venâncio,
204 ressaltou que uma Instituição como a Defensoria Pública que não se organiza sem
205 pensar nos próximos anos perde a oportunidade de crescer. Não é possível que a
206 Instituição fique estagnada, enquanto outras estão crescendo. Quanto menor uma
207 Instituição, menor ela será lembrada, inclusive, sob o aspecto remuneratório. A
208 Defensoria não pode cair em falsos dilemas. Há muito trabalho pela frente. Há
209 colegas que não só estão se afastando da Instituição, mas, também, adoecendo por
210 conta do excesso de trabalho, portanto, o concurso servirá para sanar diversas
211 questões que acometem a Defensoria Pública da Bahia. Destacou que o desafio é
212 imenso, todavia, é preciso dar o primeiro passo, e se manifesta favoravelmente no
213 sentido da abertura do Concurso. O Cons. Gil Braga destacou o falso dilema
214 relacionado a ideia que contrapõe a nomeação de novos membros e a melhoria
215 remuneratória. Ressaltou a importância da ADEP/BA e a fala do Presidente no
216 sentido de dialogar e convencimento dos colegas. Se a Instituição deseja
217 fortalecimento, é preciso zelar pela credibilidade do serviço que ela presta, e não
218 permitir que uma Comarca feche e pessoas fiquem desassistidas. Consignou que se
219 manifesta favoravelmente no sentido da abertura do novo Concurso. O Cons. José
220 Jaime consignou que, diante de tudo o quanto esposado, especialmente, nos termos
221 da nota técnica apresentada, se manifesta favoravelmente no sentido da abertura do
222 VIII Concurso. A Cons. Corregedora Geral consignou que se soma às vozes que
223 discordam do falso dilema retro mencionado. Aduziu que vota, também, no sentido
224 da abertura do novo Concurso. Consignou que os últimos 30 anos em que esteve na
225 carreira, verificou que a cada concurso realizado a qualidade do serviço e a

CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
ATA DA 229ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

226 visibilidade da Instituição foram incrementadas. A medida que a Defensoria foi
227 expandindo, isso repercutiu positivamente em todos os aspectos, inclusive, na
228 capacidade de negociação com os Poderes políticos externos. Ressaltou que nunca
229 presenciou com os poderes externos a pauta promulgada pelo falso dilema que
230 contrapõe novas nomeações com reconhecimento remuneratório. O Cons. Lucas
231 Melo consignou que é emocionante participar da presente sessão, tendo em vista a
232 sua luta, com os demais colegas aprovados, até o momento da nomeação. Reiterou
233 que o falso dilema não se sustenta, a exemplo do quanto verificado em outras
234 Instituições, como a DPE do Rio de Janeiro que é referência em todos os aspectos.
235 Consignou que quem atua no interior sabe que a realidade do interior é
236 transformada com a presença da Defensoria Pública. Reforçou que nunca
237 conseguiu compreender o falso dilema esposado, uma vez que quanto maior for a
238 Instituição, maior será a sua valorização. Considerando os dados apresentados,
239 será muito perigoso a não deflagração, sob pena de encolhimento da Instituição.
240 Destacou a fala do Cons. Bruno Moura referente a questão orçamentária, e espera
241 que a situação não se repita. Aduziu que, diante de tudo o quanto esposado, se
242 manifesta favoravelmente no sentido da abertura do VIII Concurso. Sugeriu que
243 esclarecimentos fossem realizados acerca dos custos de realização do concurso. O
244 Presidente do CS esclareceu que não haverá nenhuma despesa relacionada ao
245 Concurso, e talvez seja realizada uma proposta ainda mais vantajosa para a
246 Defensoria. Salientou que, quando do seu ingresso na carreira em 2006, a
247 Instituição cresceu em todos os aspectos, justamente, na medida do incremento de
248 seu quadro. O Cons. Bruno Moura consignou que há na Instituição outro falso
249 dilema relacionado a existência de servidores de carreira, a qual acredita que a sua
250 existência rivalizaria com as pautas dos Defensores, ao passo que não existe uma
251 Instituição forte sem contar com servidores efetivos. Todos os membros votaram
252 favoravelmente pela deflagração do VIII Concurso de Defensor Público de Classe
253 Inicial. Ato contínuo, realizadas breves considerações, o Presidente do CS iniciou o
254 procedimento de formação da comissão. O Cons. Bruno Moura consignou que
255 indica Dr. André Maia e Dr. Lucas Ressureição. A Cons. Diana Caldas consignou
256 que indica Dra. Flávia Apolônio e Dr. João Tibau. A Cons. Firmiane Venâncio
257 consignou que indica Dra. Ananda Benevides e Dr. Gilmar Bittencourt. O Cons. Gil
258 Braga consignou que indica Dra. Flávia Apolônio e Dra. Larissa Guanaes. O Cons.
259 José Jaime consignou que indica Dr. Gilmar Bittencourt e Dr. João Tibau. A Cons.
260 Corregedora Geral consignou que indica Dra. Ananda Benevides e Dr. João Tibau.
261 O Cons. Lucas Melo consignou que indica Dr. Gilmar Bittencourt e Dr. Lucas
262 Ressureição. O Presidente do CS consignou que indica Dra. Flávia Coura. Ato
263 contínuo, o Presidente do CS procedeu, dentre os indicados, os Cons. Bruno Moura,
264 Diana Caldas, Firmiane Venâncio, Gil Braga, José Jaime, Lucas Melo, e Liliana
265 Cavalcante, ratificaram as suas indicações. O Presidente do CS votou em Dra.
266 Ananda Benevides e Dra. Flávia Apolônio. Apurado voto a voto, verificado empate
267 dentre alguns votados, a comissão eleitoral restou composta da seguinte forma: Dr.
268 Gilmar Bittencourt Santos Silva, Dra. Flávia Apolônio Gomes, Dra. Ananda de Hélia
269 Benevides, e Dr. João Tibau Campos, todos na condição de titulares, e Dr. Lucas
270 Marques Luz da Ressureição na condição de 1º Suplente, Dra. Larissa Guanaes



**Defensoria Pública
BAHIA**

**CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
ATA DA 229ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

271 Mineiro de Macedo, na condição de 2ª Suplente, Dr. André Maia de Carvalho
272 Martins, na condição de 3º Suplente, e Dra. Flávia Cristina Coura de Araújo, na
273 condição de 4ª Suplente. O Presidente do CS consignou que será expedido ofício à
274 OAB/BA no sentido de indicar representante para compor a comissão, na forma da
275 L.C. 26/2006. **Deliberação:** À unanimidade, pela abertura do VIII Concurso Público
276 para Defensor Público de Classe Inicial, e pela eleição das Defensoras e
277 Defensores Públicos para compor a comissão: Dr. Rafson Saraiva Ximenes, na
278 condição de Presidente (art. 32, inciso L, da L.C. 26/2006), Dr. Clériston Cavalcante
279 de Macêdo, Diretor da ESDEP/BA (artigo 75, inciso XI, da L.C. 26/2006), Dr. Gilmar
280 Bittencourt Santos Silva, Dra. Flávia Apolônio Gomes, Dra. Ananda de Hélia
281 Benevides, e Dr. João Tibau Campos, todos na condição de titulares, e Dr. Lucas
282 Marques Luz da Ressurreição na condição de 1º Suplente, Dra. Larissa Guanaes
283 Mineiro de Macedo, na condição de 2ª Suplente, Dr. André Maia de Carvalho
284 Martins, na condição de 3º Suplente, e Dra. Flávia Cristina Coura de Araújo, na
285 condição de 4ª Suplente. Nada mais havendo, o Presidente do CS, agradeceu a
286 presença de todos e foi lavrada a presente ata, que depois de lida e achada
287 conforme, será devidamente assinada por todos.//

288
289
290
291

Rafson Saraiva Ximenes
Presidente do Conselho Superior

Firmiane Venâncio do Carmo Souza
Conselheira Subdefensora Pública Geral

Liliana Sena Cavalcante
Conselheira Corregedora-Geral

Lucas Silva Melo
Conselheiro Titular

Diana Furtado Caldas Gonçalves
Conselheira Titular

José Jaime de Andrade Neto
Conselheiro Titular

Bruno Moura de Castro
Conselheiro Titular

Igor Raphael de Novaes Santos
Presidente da ADEP/BA

Gil Braga de Castro Silva,
Conselheiro Titular

Zenilda Natividade
**Ouvidora Geral da DPE/BA,
em exercício**

292